

SESSÕES DO PLENÁRIO

120ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 03 de dezembro de 2012.

PRESIDENTE: DEP. MARCELO NILO

À hora regimental, verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Viana, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Augusto Castro, Bruno Reis, Cacá Leão, Capitão Tadeu, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Cel. Gilberto Santana, Cláudia Oliveira, Delegado Deraldo, Elmar Nascimento, Euclides Fernandes, Eures Ribeiro, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gildásio Penedo, Graça Pimenta, Ivana Bastos, J. Carlos, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Kelly Magalhães, Leur Lomanto Jr., Luciano Simões, Luiz Augusto, Luiza Maia, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Mário Negromonte Jr., Neusa Cadore, Paulo Azi, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Rosemberg Pinto, Sidelvan Nóbrega, Temóteo Brito, Tom Araujo, Vando, Yulo Oiticica e Zé Raimundo. (50)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

(O Sr. Presidente lê expediente despachado pela presidência em 03/12/12.)

OFÍCIOS

Da Dep. Ivana Bastos, comunicando sua ausência da sessão no dia 29/11/2012, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Dep. Ronaldo Carletto, comunicando sua ausência da sessão no dia 31/10/2012, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Dep. Luiz Augusto, comunicando sua ausência das sessões nos dias 30 e

31/10/2012, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

Em discussão as seguintes atas: 35ª sessão especial e 99ª, 103ª, 106ª, 109ª, 113ª sessões ordinárias, realizadas respectivamente em 18 de outubro especial, 22 de outubro, 30 de outubro, 05 de novembro, 08 de novembro, 19 de novembro de 2012.

Em discussão as atas. (Pausa) Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovadas.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pequeno Expediente.Com a palavra o deputado Álvaro Gomes por 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, demais deputados quero, neste momento, fazer um balanço do que foi a nossa campanha “Novembro Roxo”. Considero-a exitosa tendo em vista a repercussão que teve na sociedade. E encerramos a campanha com uma caminhada na última quinta-feira, do Campo Grande à Praça da Piedade, um tapete roxo que tomou a Avenida Sete, de mais de 50 metros de comprimento, e com a participação de centenas de pessoas para divulgar a luta contra os cânceres de próstata e pênis.

Essa campanha teve um êxito muito grande haja vista que contou com o apoio de diversos segmentos da sociedade, as entidades médicas, as entidades sindicais e as associações de bairros. Tivemos a participação efetiva do Sindsaúde, Sindmed, Cremeb, realizamos uma sessão especial aqui na Assembleia Legislativa, com o envolvimento da Polícia Militar que fez um seminário sobre o “Novembro Roxo”, com a participação de mais ou menos mil policiais, ou seja, um seminário realizado no Colégio Militar do Lobato e na Base Militar do Calabar. Tivemos e ainda temos até o dia cinco os três principais símbolos de Salvador, por que não dizer da Bahia, iluminados de roxo: o Elevador Lacerda, o Cristo da Barra e os Orixás do Dique do Tororó. Portanto foi o primeiro ano do “Novembro Roxo”, um sucesso que superou nossas expectativas.

Claro que a prevenção contra os cânceres de próstata e de pênis não devem ser feita em apenas um mês, deve ser uma campanha permanente, mas pelo menos um mês de campanha para se intensificar esse apelo. Por isso, no balanço que fazemos, achamos positiva a campanha do “Novembro Roxo”.

Queremos saudar os companheiros e companheiras do Ministério Público que estão nas Galerias Paulo Jackson. Sem dúvida, o projeto deverá ser aprovado, deve estar prevista para amanhã a votação dele. É uma negociação entre o Ministério Público e o governo do Estado, parece-me que já se chegou a um denominador comum e, assim sendo, a aprovação aqui é muita tranquila, não há nenhuma dificuldade. Portanto a expectativa é que amanhã seja concretizada, já que as negociações entre os chefes do Ministério Público e do Executivo aconteceram, tudo leva a crer que as coisas foram resolvidas e que a votação será amanhã.

Concluo, Sr. Presidente, fazendo um chamamento e um convite, com certa

antecedência, para a sessão especial que realizaremos na manhã do próximo dia 14, uma sexta-feira, para celebrarmos os 9 anos do Iapaz, Instituto de Estudos e Ação pela Paz com Justiça Social, e o Dia dos Direitos Humanos, que acontece no dia 10.

Como também celebraremos a aprovação da lei que estabelece o 10 de dezembro como o Dia Estadual da Paz com Justiça Social, coincidindo com o Dia dos Direitos Humanos. Isso porque entendemos que a paz significa direitos humanos, significa justiça social.

Reitero o convite para essa sessão especial aqui na Assembleia Legislativa, no próximo dia 14.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Augusto Castro por até 5 minutos.

O Sr. AUGUSTO CASTRO:- Sr. Presidente Marcelo Nilo, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, imprensa, público presente às Galerias, venho à tribuna desta Casa para manifestar a indignação do Sul e do Sudoeste da Bahia em relação ao fechamento das fábricas de calçados do grupo Vulcabras/Azaleia, unidades que hoje sustentam aquelas regiões.

A imprensa soube das informações divulgadas sobre o fechamento de 12 plantas. A fábrica central, em Itapetinga, emprega 11 mil funcionários, deputado Carlos Geilson, e é atualmente o grande sustentáculo da economia das regiões Sudoeste e Sul da Bahia, já que vários empregos para pais e mães de família são gerados ali.

Foi uma notícia realmente muito triste para a Bahia o fechamento dessas 12 plantas nas cidades daquela região, como Itororó. O deputado Tom teve a oportunidade de participar na última quinta-feira, na cidade de Ilhéus, dos 100 anos da Associação Comercial, com o anúncio da duplicação da Estrada Ilhéus – Itabuna, do Porto Sul e da Ponte Ilhéus – Pontal.

Mas a notícia que agora recebemos foi a do fechamento da Azaleia, o que vai gerar um prejuízo econômico muito grande para aquelas regiões. São 4 mil empregos, hoje, que estão em risco. São 12 cidades diretamente beneficiadas por essa fábrica.

Fiz um contato hoje pela manhã com o setor administrativo dessa empresa, deputado Adolfo, em Jundiaí, São Paulo. O presidente do grupo, Pedro Grandene, ficou de dar uma resposta a esta Casa acerca de uma visita que o grupo fará a nossa comissão para detalhar e explicar o fechamento das fábricas nas regiões Sul e Sudoeste da Bahia, causando um prejuízo muito grande. A empresa alega dificuldades com os produtos que estão vindo da China.

Esta Casa tem de se mobilizar. Temos aqui vários representantes da região Sudoeste, como o deputado Rosemberg Pinto, que tem votos em Itororó e em Itapetinga. O colega Sandro Régis também representa aquela região. Eu, como representante do Sul da Bahia, com presença também no Sudoeste, venho à tribuna desta Casa pedir apoio a este Parlamento, à Mesa Diretora e a nossa Comissão de Desenvolvimento Econômico, que tem feito um excelente trabalho no sentido de

sensibilizar esses grandes empresários que geram emprego para o Brasil e para a Bahia.

Fiz contato pela manhã com a Secretaria da Indústria e Comércio, com o gabinete do secretário para pegar mais informações. Mas as informações que tive aqui, hoje, pela manhã da direção da empresa é que vai manter a fábrica de Itapetinga, mas vai fechar 12 plantas, que é: Macarani, Itororó e Potiraguá. E o ano passado a empresa fechou 06 plantas, pequenas fábricas nesses municípios e garantiu que não iria acontecer mais demissões e fechamento de outras plantas, diferentemente do que aconteceu com a notícia que veio pela imprensa.

Certifiquei-me hoje com a direção da empresa no Estado de São Paulo. A fábrica da Azaleia atende hoje à região da Bahia, Itapetinga, tem a fábrica no Estado de Sergipe e no Estado do Ceará. A Bahia, hoje, realmente, é a grande produtora de componentes para calçados da Azaleia, abastecendo essas fábricas. É importante a mobilização desta Casa Legislativa, porque aqui tem vários representantes naquela região e representantes do Estado da Bahia, porque a Bahia precisa gerar oportunidades de emprego. A cada dia o Estado perde, realmente, oportunidade de criar emprego e renda para a população.

Então, venho aqui, hoje, da tribuna desta Casa, dizer da indignação da comunidade da região Sudoeste e da região Sul da Bahia e pedir a esta Casa, deputado Tom, que preside neste momento a sessão, apoio e da comissão para sensibilizar os empresários donos da rede para manter e segurar esses empregos. Tenho certeza que todos os deputados, suprapartidariamente, irão apoiar esta que é uma causa do Estado da Bahia, da região Sudoeste e do Sul da Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Tom Araújo):- Com a palavra o deputado Carlos Geilson.

O Sr. CARLOS GEILSON:-Sr. Presidente, deputado Everton Rios Araújo, Srs. Deputados, deputadas também, amigos das galeiras, colegas da imprensa, meu querido deputado Augusto Castro. A questão da Azaleia preocupa a todos nós, é importante esse tema que V.Ex^a traz nesta tarde. Agora, não é uma questão de mobilização apenas dos deputados, é uma questão que envolve toda a sociedade, e é necessário que governador Jaques Wagner, a maior autoridade do Estado, saia da sua permanente letargia e esteja à frente, converse com os empresários no momento em que 4 mil pessoas estão com os seus empregos ameaçados, no momento em que importantes fábricas no Sul e Sudoeste do Estado serão fechadas.

Parabéns ao deputado Augusto Castro, também aos outros deputados que estão nessa cruzada, mas é necessário que o governador saia de sua poltrona, saia do seu helicóptero e vá para a linha de frente, convoque os empresários, ouça-os, saiba o que de fato está acontecendo, o que motivou. A gente sabe que o governo tem o seu limite. É uma questão privada e o governo tem a sua limitação nesse momento, mas é necessário que o governo esteja à frente até para dar uma satisfação à sociedade, não

pode ficar nesse processo, nessa mesmice, nesse constante letargia, que é uma letargia que incomoda à sociedade.

Agora, meus caros deputados, outro assunto é recorrente aqui nesta tribuna que é a questão da violência. A violência chegou, no Estado da Bahia, a níveis insuportáveis, intoleráveis. De sexta até a madrugada do domingo foram furtados e roubados em Salvador e Região Metropolitana 59 veículos. É uma coisa absurda, insuportável, inaceitável. E nós cobramos as providências do governo do Estado. Foram 17 tentativas de assassinatos, 22 pessoas assassinadas, neste final de semana, em Salvador e Região Metropolitana. É a prova cabal de que o governo perdeu a guerra, e perdeu de goleada, para a violência.

E o governador Wagner, parece que ele está em outro País, em outro planeta, que não se incomoda. É como se alguém estivesse anestesiado, e você mete uma agulha, e ele não sente nada, porque o governador não sente nada, parece que não tem coração, não tem alma, não reage diante dessa violência que assola o Estado da Bahia, que aterroriza esse Estado. Que falta de amor pela Bahia é essa do governador Wagner! Que falta de apreço pelo seu povo, esse povo que lhe deu duas importantes eleições, com votações expressivas!

E você pega a estatística e chega a esse absurdo. Porque em Feira de Santana, por exemplo, o mês de novembro foi o mais violento dos últimos seis anos naquela cidade. E em Salvador e Região Metropolitana, em um final de semana, 59 veículos foram furtados e roubados, 22 pessoas assassinadas, 17 tentativas de assassinato. E não se toma providência, não se percebe que é uma vontade do confronto, do enfrentamento, do combate à violência. Meu Deus do céu, aonde nós vamos parar com essa situação no Estado da Bahia!

Nós estamos dando dados de Salvador e Região Metropolitana, de Feira de Santana. Agora, há de se perguntar: e este Estado da Bahia com dimensões continentais, meu caro deputado Tom Araújo?

Aqui fica, mais uma vez, a nossa preocupação: governador, pelo amor de Deus, acorde, porque o baiano não suporta mais essa situação.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Tom Araújo):- Com a palavra o deputado Cacá Leão.

O Sr. CACÁ LEÃO:- Sr. Presidente, nobre colega deputado Tom Araújo, que neste momento preside essa sessão, quero cumprimentar também os funcionários da Casa que se fazem presentes, imprensa, Galerias, nas pessoas dos funcionários do Ministério Público, que têm tido aqui a sua luta, realmente, referendada por esta Casa, e com certeza essa é uma luta de toda Casa para que esse projeto chegue logo aqui e seja colocado em pauta.

Hoje, 3 de dezembro, comemoramos o Dia Internacional do Portador de Deficiência. No ano passado estivemos aqui realizando uma sessão especial em comemoração a essa tão importante data, e naquele momento tivemos a oportunidade de discutir um projeto do governo que estava em pauta nesta Casa Legislativa, talvez um dos projetos mais importantes nesse aspecto, que tenha passado por esta Casa,

que é a questão do passe-livre da pessoa portadora de deficiência. Uma luta, realmente, que uniu as duas Bancadas, a Bancada do governo, a Bancada da Oposição, e demos um passo importante com a aprovação daquela lei, que logo em seguida foi sancionada pelo governador Jaques Wagner.

Considero que estamos caminhando, temos ainda alguns pontos pela frente que precisam ser levados, não se podem esquecer a questão da conscientização da sociedade para igualdade de oportunidades a todos os cidadãos, a promoção dos direitos humanos, a conscientização da população sobre os assuntos de deficiência, celebrar as conquistas das pessoas com deficiência, pensar a inclusão desse segmento na sociedade para que ele influencie os programas e políticas que os afetam.

Destaquei também aqui alguns projetos que se encontram em tramitação nesta Casa. Peço aos colegas que nos ajudem nessa luta, porque realmente é uma luta de todos, é uma luta que faz parte dos dias desta Casa. Temos um projeto de lei aqui de autoria do deputado J. Carlos, do deputado Luciano Simões e do deputado Fabrício Falcão, do deputado José de Arimatéia que dispõe sobre a ampliação por mais de três meses da licença maternidade às servidoras públicas cujos filhos recém-nascidos sejam deficientes visuais, auditivos, mentais, motores ou que sofram de má formação genética. Uma luta digna, uma luta que tenho certeza absoluta conta com a sensibilidade de todos.

Temos um projeto de lei de autoria da nobre deputada Graça Pimenta que dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais a empresas que apoiem instituições de assistência e tratamento para autistas, portadores de Síndrome de Down, deficientes mentais, deficientes físicos, deficientes visuais, deficientes auditivos e dá outras providências. Temos também um projeto em tramitação nesta Casa, de autoria do nobre Líder da Bancada de Oposição, querido amigo deputado Paulo Azi, que assegura aos deficientes físicos prioridade em escola pública próximos à sua residência. Nobre deputado Paulo Azi, com certeza um projeto de tanta relevância como esse de V. Ex^a, apresentado nesta Casa, precisa da força das duas bancadas unidas - do governo e da Oposição – para que seja votado logo para atender às famílias e às pessoas com deficiência.

Temos também um projeto da minha autoria que tem tramitado aqui nesta Casa que dispõe sobre a instituição do Dia Estadual do Surdo. Uma data que já é comemorada nacionalmente e que a Bahia entra nessa luta também para fazer valer a sua força. Estamos falando de uma em cada dez pessoas, em cada dez crianças nascidas no nosso País e no mundo inteiro. Então, é uma luta de todos que com certeza acho que precisamos abraçar e dar a esse segmento. Esse Dia Internacional da Pessoa Portadora de Deficiência nos faz avançar ainda mais e lutar por essa causa. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Tom Araújo): - Com a palavra o deputado Marcelino Galo pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. MARCELINO GALO:- Sr. Presidente, nobres deputadas, nobres

deputados, senhores das Galerias, servidores do Ministério Público, senhores servidores desta Casa, nesta semana, a Organização das Nações Unidas tomou uma decisão histórica quando ali foi aprovado como membro-observador depois de 65 anos o Estado da Palestina. Essa decisão que o torna estado-observador e não membro com certeza fará, e este dia está cada vez mais próximo, a Palestina um território livre e membro participante da Organização das Nações Unidas. Os Estados Unidos e Israel foram derrotados pela maioria, inclusive aqui saúdo e parabeno o governo brasileiro pela posição a favor dessa decisão memorável. Então, Israel, apoiado pelos Estados Unidos, intensifica a retaliação àquele povo, construindo mais casas nos assentamentos em território palestino e suspendendo o repasse de impostos que são cobrados a palestinos pelo governo israelense. Sabemos que isso significa mais de US\$ 120 milhões, provocando mais fome e opressão. Ficamos indignados quando vemos na televisão, de um lado, um povo oprimido defendendo-se com pedras; de outro, um estado oprimindo, com armamentos pesados e modernos financiados pela burguesia americana, aquele povo. Então saúdo essa decisão memorável da Organização das Nações Unidas.

Ainda aproveito este tempo para dizer que estivemos, nesse final de semana, em Vitória da Conquista para participar da comemoração dos 30 anos da UESB e da Escola de Agronomia. Essas unidades de ensino foram interiorizadas, propiciando o desenvolvimento regional e a qualificação mão de obra. Além disso, levou a essas localidades massa crítica com capacidade de pensar, de formular, permitindo-lhes o enfrentamento das desigualdades regionais.

Chegando lá, encontrei vários companheiros que hoje compõem o quadro de professores, inclusive o reitor, que estudaram na UFBA e se formaram em Agronomia em Cruz das Almas. Isso é muito importante, pois há pouco tempo os estudantes daquela região tinham de sair para estudar em outras cidades do nosso interior, em Salvador ou em outros centros.

Hoje, Vitória da Conquista se transforma num centro de produção de conhecimento e para lá se deslocam – ao contrário do que acontecia – estudantes e professores de todos os estados do Brasil. E isso é fundamental para o desenvolvimento cultural e para a troca de experiências. A Universidade produz desenvolvimento cultural, científico e também econômico, pois movimenta o mercado.

Meus parabéns à Escola de Agronomia e à UESB, em Vitória da Conquista e região.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Tom Araújo):- Com a palavra o deputado Paulo Azi por até 5 minutos.

O Sr. PAULO AZI:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, senhoras e senhores que acompanham esta sessão, Srs. Funcionários do Ministério Público que mais uma vez vêm a esta Casa na expectativa de que o governo cumpra a sua palavra,

e assim possamos apreciar, ainda este ano, o projeto que trata do Plano de Cargos e Salários de V.S^{as}. Nas conversas que tive com o presidente a respeito da conclusão do período legislativo, coloquei como prioridade da Oposição a apreciação desse projeto antes do encerramento do ano legislativo.

Mas, Srs. Parlamentares, todos nós estamos a lamentar o veto da presidente da República, na última sexta-feira, à nova partilha dos recursos dos *royalties*.

É lamentável, Sr. Presidente, que a presidente da república tenha cedido às pressões e, principalmente, ao *lobby* feito pelo governo do Rio de Janeiro que, de forma legítima, é bom que se diga, defendia o seus interesses.

A presidente da República contou com a passividade dos demais governadores do País, que, com raras exceções, a exemplo, do governador do Ceará, do governador de Pernambuco que claramente demonstraram as suas posições favoráveis à nova partilha. Os demais governadores, principalmente do Nordeste, se mantiveram omissos, se mantiveram passivos, enquanto o governo do Rio de Janeiro fazia uma intensa campanha publicitária em defesa do veto da presidente da República que, infelizmente, se concretizou.

O governo federal, a presidente da República, ao vetar esse projeto beneficia, Sr. Presidente, dois Estados da Federação, beneficia 30 municípios do nosso país, e vai de encontro à maioria esmagadora da nossa população, vai de encontro a 24 Estados da Federação e vai de encontro a mais de cinco mil e quinhentos municípios que seriam beneficiados se essas novas regras entrassem em vigor.

Aqui na Bahia, para se ter uma ideia, deputado Leur Lomanto, dos 417 municípios que compõem o nosso Estado, apenas sete municípios teriam os recursos dos *royalties* diminuídos, e 410 municípios, a grande maioria, municípios pobres que se concentram no semiárido nordestino, sofrendo as agruras da seca, da total incapacidade do Estado em socorrê-los, 410 municípios seriam beneficiados por essas novas regras.

O que se viu mais uma vez foi o quase completo silêncio do governador da Bahia, que não defendeu, como deveria defender – vou concluir, Sr. Presidente – os interesses do nosso Estado, que viu a sua bancada de deputados federais do PT votar contra...

O Sr. PRESIDENTE (Tom Araújo):- Para concluir, deputado.

O Sr. PAULO AZI:- (...) as novas regras de redistribuição dos recursos e que praticamente silenciou diante de um fato e de um assunto de tanta importância para o desenvolvimento do nosso Estado e para o benefício do nosso povo. Mais uma vez o governador Jaques Wagner, para não se contrapor...

O Sr. PRESIDENTE (Tom Araújo):- Para concluir, deputado.

O Sr. PAULO AZI:- (...) ao interesses do governo federal, da presidente da República, se omite, silencia diante de um assunto tão importante, diante de um assunto tão importante, diante de um assunto que deveria ser tema de um debate nacional, mas que, por omissão do governador da Bahia e dos outros governadores, com raras exceções de outras unidades da Federação, viram o Rio de Janeiro, através de um *lobby* fortíssimo do seu governador e dos meios de comunicação...

O Sr. PRESIDENTE (Tom Araújo):- Para concluir, deputado Paulo Azi.

O Sr. PAULO AZI:- (...) que têm interesses naquele Estado, viram a presidente da República sucumbir e prejudicar, como disse, a grande maioria do povo brasileiro, Sr. Presidente.

Se a Petrobras é a empresa responsável, deputada Kelly Magalhães, pelos altos investimentos que são feitos para a captação do óleo do petróleo, são os recursos do povo brasileiro que mantêm e que financiam a Petrobras. Por isso mesmo, o povo brasileiro, na sua maioria, na sua quase que totalidade, é quem deveria ter o direito de usufruir, deputada Kelly Magalhães, dos bens e dos recursos financeiros provenientes dessa nova descoberta e dessa grande riqueza nacional.

O Sr. PRESIDENTE (Tom Araújo):- Deputado Paulo Azi, por favor, conclua.

O Sr. PAULO AZI:- Por isso, venho, aqui, nesta tarde, para lamentar, de forma muito contundente, a submissão da presidente da República aos interesses do governo do Rio de Janeiro e o silêncio e a omissão do governador da Bahia. Ele deveria, mesmo sendo carioca, Sr. Presidente, defender os interesses do povo que ele representa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Tom Araújo):- Com a palavra a deputada Kelly Magalhães pelo tempo de até 5 minutos.

A Sr^a KELLY MAGALHÃES:- Sr. Presidente, colegas deputadas e deputados, quero, aqui, saudar os servidores do Ministério Público em luta pela sua melhoria salarial e aprovação do Plano de Cargos e Salários. (palmas) Tenham a certeza de que empreenderemos todos os esforços para que isso, realmente, venha a acontecer.

Sr. Presidente, eu queria, nesta tarde, falar da alegria pelo fato de, ontem, todos os jornais da Bahia estamparem o *ranking* de desenvolvimento dos municípios. Tive a satisfação de ver que o município de Barreiras está entre os 10 melhores municípios, entre os 10 municípios que mais se desenvolvem em toda a Bahia. Analisando isso, como está colocado, aqui, o que é utilizado como referência para se chegar a esse número, a esse índice é a saúde, a educação, o emprego e a renda nos municípios. Portanto, Barreiras - nessa análise que é feita a cada dois anos pela Firjan – se destaca, se coloca como uma cidade numa rota promissora.

Com certeza, quero, aqui, agradecer e fazer mérito à gestão da prefeita Jusmari Oliveira que conseguiu levar, nos últimos dois anos, 24 novas empresas para o distrito industrial de Barreiras; conseguiu consolidar o esgotamento sanitário, obra fundamental para a qualidade de vida de uma cidade, que Barreiras terá; conseguiu consolidar ainda a esmagadora de soja que vai trazer mais empregos e benefícios não só para Barreiras, mas para a Região Oeste da Bahia; conseguiu melhorar, e muito, a saúde daquela região, ampliando os serviços prestados.

Perdemos a eleição, mas isso faz parte da democracia. Semana passada, empreendemos uma luta muito forte contra o prédio que o Estado tinha cedido para a

Aiba – Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia num negócio ainda mal explicado, reformar os recursos dos agricultores e depois dar para a prefeitura funcionar como sede. Nós apelamos para o governador, para AIBA, para a imprensa e aqui na tribuna desta Casa não nos calamos.

Agora quero ter a oportunidade, por saber que a futura primeira dama do município de Barreiras, Antônia Pedrosa, ex-deputada, está aqui nesta Casa, para pedir a ela que interceda junto ao seu esposo, futuro prefeito, que deixe o prédio funcionar para o IFBA já no projeto que está agora e que não pare a educação, que é o grande vetor de desenvolvimento para qualquer sociedade.

Portanto, vamos continuar, porque a AIBA cedeu, mas o PT de Barreiras disse que não abre mão, porque conversei hoje com o secretário do governador e ele disse que não tinha esse entendimento. Portanto, queremos apelar independente de qualquer corrente partidária de que coloque Barreiras em ascensão. Os índices que colocam Barreiras entre as cidades que mais se desenvolvem e que tem melhor qualidade de vida é porque foi o esforço muito grande de uma gestão que pagou caro mas, com certeza, conseguiu consolidar para o futuro. O novo prefeito encontra um novo momento e um novo modelo para administrar a cidade de Barreiras.

Para encerrar, quero dizer que, de fato, o veto aos *royalties* do petróleo, na partilha, é injusto. Entendo o que a presidenta Dilma quis fazer quando disse que o futuro, estamos falando do futuro dos recursos dos *royalties* do Pré-sal, serão destinados à educação. Mas é no presente que precisamos corrigir as injustiças para com os estados brasileiros. Não é possível que apenas São Paulo e Rio de Janeiro possam fazer suas gritarias com o poderio da Rede Globo e deixar que os outros estados do Brasil fiquem numa situação de desigualdade.

É preciso corrigir as injustiças, e elas se corrigem na base, fazendo com que cada um possa receber aquilo que lhe é de direito, porque afinal de contas o petróleo é do povo brasileiro e a Petrobras foi fundada com os recursos de todo povo brasileiro, portanto não é justo que apenas dois estados possam usufruir da forma como usufrui sem conseguirmos fazer o que realmente precisa ser feito nesta imensidão do Brasil – construir a igualdade verdadeira para que o país possa ser rico, sem pobreza.

Muito obrigada, Sr. Presidente. Quero dizer que Barreiras está de parabéns, e estendo minhas felicitações à administração da prefeita Jusmari por conseguir colocar aquela cidade entre as 10 melhores da Bahia, estampada em todos os jornais de todo Estado no noticiário de ontem.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Tom Araújo):- Com a palavra o deputado Leur Lomanto Junior pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. LEUR LOMANTO JUNIOR:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, é realmente de se lamentar a decisão da presidenta Dilma Rousseff de vetar parte do projeto de redistribuição dos *royalties* do petróleo. Tive a oportunidade, meu caro presidente, deputado Tom Araújo, de no evento realizado pela UPB, no

Hotel Vila Galé, onde foram discutidos diversos assuntos relacionados aos municípios baianos, de fazer críticas ao governo do Estado do Rio de Janeiro por não ter a sensibilidade que deveria ter junto ao povo brasileiro e principalmente ao povo nordestino.

Aqui aproveito mais uma vez esta oportunidade de defender o projeto de redistribuição dos *royalties* do petróleo devido a importância que tem esse projeto para os estados nordestinos e para o nosso Estado, para os municípios baianos que teriam o incremento importantíssimos nas suas economias, já que ao longo desses anos os municípios baianos vêm sofrendo bastante com a queda de receitas. Este ano, inclusive, a grande maioria deles vêm passando por uma série de dificuldades financeiras. Um ano atípico, pois o nosso Estado enfrenta uma seca como há muitos e muitos anos não se via. Seria uma grande oportunidade, deputado Marcelino Galo, para a presidente Dilma Rousseff sancionar essa lei que foi aprovada pelo Congresso Nacional, o que amenizaria um pouco o sofrimento do povo nordestino, do povo baiano e da grande maioria dos pequenos e médios municípios brasileiros. Mas quis, enfim, que prevalecesse a pressão do governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, que fez um grande movimento nas ruas daquele Estado e pressionou a presidente a vetar o projeto.

O que esperávamos? Nós esperávamos que o governador Jaques Wagner também se posicionasse da forma como o governador Sérgio Cabral se posicionou. Que levantasse a bandeira; que criasse movimentos, deputado Adolfo Viana, que fortalecesse a posição em defesa do Estado da Bahia e da sanção do projeto de lei pela presidente Dilma Rousseff.

Aqui, infelizmente, mais uma vez a Bahia ficou prejudicada. Sentimos falta, como tantas e tantas outras vezes em que isto se fez necessário, de que o governador exercesse o seu papel de chefe maior do nosso Estado em defesa dos interesses do povo baiano, assim como vemos em Pernambuco o governador Eduardo Campos ter entre as suas principais qualidades a defesa intransigente dos interesses daquele Estado.

Lamentavelmente, faltou a voz firme e forte do chefe maior do nosso Estado, que poderia ter feito como fez o governador Sérgio Cabral, ou seja, um grande movimento para que a presidente Dilma Rousseff sancionasse a lei de redistribuição dos *royalties* do petróleo. Sem sombra de dúvida, deputado Augusto Castro, seria uma nova esperança para os pobres municípios da nossa Bahia.

Fica aqui a minha indignação. Faço parte do PMDB, partido que tem o vice-presidente da República, Michel Temer, mas não vou compactuar. Deixarei a minha voz firme e ativa contra a posição da presidente Dilma Rousseff nesse veto que prejudicou o Estado da Bahia e os municípios baianos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra, pelo tempo de cinco minutos, o nobre deputado José de Arimatéia.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATÉIA:- Sr. Presidente, Sr^{as}. Deputadas, Srs. Deputados, imprensa aqui presente, ouvintes da *TV Assembleia*, primeiro quero parabenizar o Bahia porque conseguiu permanecer na primeira divisão, como também a todos os seus torcedores. Isso é muito importante para o Estado da Bahia.

Parabenizo também os torcedores do Vitória, porque o time conseguiu subir para a primeira divisão. A minha alegria não foi maior porque o meu Fluminense de Feira de Santana não conseguiu. Mas o do Rio de Janeiro foi o campeão brasileiro e é meu Fluminense também.

Sr. Presidente, participei no final de semana da inauguração do terminal pesqueiro da cidade de Ilhéus, com a presença do ministro Marcelo Crivella. Ele também inaugurou aqui em Salvador o terminal pesqueiro. Não pude estar presente, deputado Marcelino Galo, porque naquele momento estava em conexão para Ilhéus. Portanto, não deu para estar nos dois eventos. Mas o importante é que a Bahia ganha com a inauguração de terminais pesqueiros. O governador e vários deputados desta Casa estiveram presentes, como a deputada Ivana Bastos, deputado Tom, Augusto Castro, o Líder do Governo, enfim, foi realmente uma festa bonita, deputada Maria del Carmem estava lá. Mais ou menos 12 Srs. Deputados estavam presentes. Então, foi importantíssimo.

O governador apresentou, à noite, no centenário da Associação Comercial de Ilhéus, a duplicação da ponte do Pontal de Ilhéus. Essa luta já vem desde os anos de 1999, quando cheguei aqui nesta Casa como deputado Estadual pela primeira vez. E, graças a Deus, o governador Jaques Wagner já apresentou o projeto e, também, assinou. O Sul da Bahia, Ilhéus, vai receber essa ponte muito bonita para o desenvolvimento daquela região.

Mas, Sr. Presidente, quero, também, deixar registrado, que no dia primeiro tive o prazer de participar de mais um evento do Assine Mais Saúde. E dessa vez, Sr. Presidente, com a presença do Ministro da Saúde, juntamente com o secretário de Saúde do Estado da Bahia, Dr. Jorge Solla, no qual nós pudemos ver a manifestação das pessoas que ali estavam presentes e, também, assinaram. O próprio secretário de Saúde, Dr. Jorge Solla, fez um apelo no momento em que o Ministro estava entregando 70 ambulâncias do SAMU, uma iniciativa integrada entre o governo estadual e o governo federal, o Assine Mais Saúde, estava lá. O secretário pediu para que os senhores prefeitos com seus assessores também fizessem aquela demonstração de abraçar o assine mais saúde, que é um projeto de iniciativa popular.

Na ocasião, o ministro da Saúde, também, recebendo uma camisa, mostrou que também veste a camisa do Assine mais Saúde para que venham mais recursos para a Saúde da Bahia e para os municípios. Vamos estar esta semana, dia 05, na Câmara de Vereadores de Salvador que, também, vai estar abraçando esse programa.

Continuamos com esta caminhada. Dia 12 nós vamos estar na cidade de Cruz das Almas. Lá estaremos em um ato simbólico na Câmara de Vereadores, mas com certeza com a participação dos vereadores, das associações de bairros, enfim, essa mobilização está ganhando corpo. Graças a Deus, a cidade de Feira de Santana, assim como outras cidades do Sul da Bahia, já abraçaram esta causa.

Amanhã, Sr. Presidente, estarei aqui trazendo já um relatório, a segunda parcial do Assine Mais Saúde aqui no Estado da Bahia.

Quero agradecer a todos os senhores e senhoras. Um forte abraço. Que Deus abençoe a todos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra o deputado Tom Araújo pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. TOM ARAÚJO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, funcionários do Ministério Público do Estado da Bahia, imprensa, funcionários desta Casa, nesta tarde de segunda-feira ouvi atentamente os pronunciamentos que me antecederam, e todos mencionaram a questão dos royalties e o veto da presidente Dilma Rouseff. É realmente muito triste a forma insensível como essa questão da divisão da riqueza está sendo tratada, uma riqueza de nosso País e que pode fazer com que ocorram transformações na vida das pessoas.

Mas quero aqui, também, neste momento, falar a respeito de uma denuncia, feita por mim, na tribuna desta Casa, durante a semana passada, a respeito do fornecimento de água por parte da Embasa na microrregião do sisal nos municípios de Conceição do Coité, Serrinha, Barrocas, Retirolândia, etc. Esta água vem da adutora de Ibiritinga. Inclusive, eu denunciei que a Embasa vende vento.

O que é isso? Simplesmente, o vento passa no hidrômetro ao invés da água. Ao final do mês, a água não chega às torneiras das casas. Contudo o vento passa, conta no hidrômetro e o cidadão baiano ou o nordestino, no semiárido, sofre e tem de pagar a conta ao fim do mês.

A Embasa, parece-me, incomodou-se com a denúncia feita desta tribuna da Assembleia Legislativa, pois já deu, agora, uma resposta imediata. Esperamos não ser imediata somente a resposta que a Embasa dá, mas, sim, não a resposta escrita através da imprensa, mas a resposta aos cidadãos baianos, aos sertanejos, às pessoas que vivem no semiárido baiano que tanto sofrem com a estiagem que já perdura, praticamente, há mais de um ano através de uma seca que assola aquela região. Esta é a maior seca dos últimos 50 anos.

Quero dizer que a Embasa já divulgou, através da imprensa, que, segunda quinzena do mês de dezembro, o problema estará resolvido, porque está-se ampliando a adutora e está-se reforçando os poços artesianos no município de Ibiritinga que atendem a esses municípios.

O que nós queremos não é fazer nenhum palanque político aqui desta tribuna. Não é isso. Aliás, nunca foi o meu intuito quando aqui cheguei para denunciar na tribuna desta Casa. Vejam, simplesmente, quando nós chegamos à região, sentimos e percebemos o sofrimento destas pessoas. Se assim não for feito, estarei aqui defendendo todas aquelas pessoas que tanto necessitam de um líquido tão precioso como a água nos canos, caindo nas suas casas para que não sofram ainda mais do que já vêm sofrendo.

Este é o momento em que a Embasa não precisa somente dar a resposta através

da imprensa. Espera-se, realmente, a resposta de maneira mais célere, de maneira mais rápida e de maneira mais imediata para que a gente do semiárido não venha a sofrer tanto.

Mas eu quero, deputados Paulo Azi e Leur Lomanto, me alinhar ao discurso de V.Ex^{as}. que muito bem fizeram na tribuna desta Casa a respeito da divisão dos *royalties*. Nesse ponto, vemos uma insensibilidade muito grande por parte da presidente Dilma Rousseff. Espera-se haver uma maior mobilização por parte dos deputados federais para que com 2/3 possam derrubar o veto da presidente Dilma e possam fazer, realmente, com que não só os baianos mas outros estados possam receber a divisão da riqueza deste País. Em outras palavras, existem somente dois estados que recebem a riqueza em massa de nosso País tão rico em mineração.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Para concluir.

O Sr. TOM ARAÚJO:- Ficam, aqui, o meu relato, o meu registro e o meu agradecimento a este grande e ilustre presidente Aderbal Caldas, pois é um grande amigo, parceiro e companheiro.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra o nobre deputado Luciano Simões pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. LUCIANO SIMÕES:- Sr. Presidente, deputado Aderbal Caldas, nosso futuro primeiro vice-presidente, primeiro secretário, Sidelvan Nobrega, Srs. Deputados, a Bahia assiste estupefata à omissão do governo do estado no que diz respeito a um problema que atinge, deputado Marcelino, todo cidadão baiano.

O governador, antes de a presidente se manifestar no que diz respeito à problemática dos *royalties*, vai ao jornal do Sul e se diz favorável ao projeto. A Bancada do PT, que é comandada pelo governador do Estado politicamente, e, diga-se de passagem, o governador essa parte faz muito bem porque foi ministro das Relações Institucionais do governo Lula, e a Bahia assistiu a toda a Bancada do PT votar contra os recursos para a Bahia. E não são poucos recursos. São 390 milhões que o governador da Bahia se omite, que deveriam estar, a partir de janeiro próximo, entrando nos cofres do Estado.

Tudo bem, o governador é carioca, mas creio que isso não seja motivo já que ele foi eleito pelo povo baiano; ele tem que lutar pelos baianos. O governador é amigo da presidente Dilma, mas ele não foi eleito pela presidente Dilma; ele foi eleito pelo povo da Bahia. E a omissão do governador não vai apenas no prejuízo dos recursos aos povo baiano. Os jornais deste início de semana e do fim da semana próxima passada destacam que a Azaleia fecha mais doze fábricas na Bahia e deixa quatro mil desempregados. Os municípios de Itapetinga, Caatiba, Firmino Alves, Itororó são os principais prejudicados. Imaginem num momento como esse em que se aproxima o Natal e quatro mil famílias daquela região, deputado Aderbal, que não têm a quem recorrer, desempregados.

Aqui o deputado Rosemberg Pinto, que é votado em Itapetinga e na região, participou de audiências públicas, de sessões, juntamente com a ex-deputada, hoje

delegada do Ministério da Agricultura na Bahia, Virgínia Hagge, há cerca de um ano, dois anos, foi esclarecido ao governo do Estado as dificuldades que teria a Azaleia de manter os empregos e de manter as fábricas no Estado da Bahia.

Foi feito um arrazoado em diversas audiências e levado ao secretário da Indústria e Comércio, levado ao governador Wagner. O governador se comprometeu; o deputado Rosemberg, como representante do governo nesta Casa e da região, também se comprometeu, e a resposta que o povo baiano recebe é mais uma omissão, é mais uma irresponsabilidade do governo Wagner que deixa fechar a Azaleia, que é o ponto de sustento de mais de 14 mil famílias na região de Itapetinga. E até o presente momento o governo do Estado não vem a público para se explicar, vez que as reivindicações da Azaleia, as reivindicações dos empregadores foram levadas a conhecimento do governo faz mais de dois anos em diversas audiências, em diversas reuniões e nada de solução foi dada ao caso.

E o que ocorre no dia de hoje? São quatro mil desempregados e o fechamento de 12 fábricas da Azaleia na região de Itapetinga na Bahia. E isso não é um comportamento correto para com o povo do Estado.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Grande Expediente. Não há orador.

Horário das Representações Partidárias.

Concedo a palavra...

O Sr. Elmar Nascimento:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Pela ordem o deputado Elmar Nascimento...

O Sr. Elmar Nascimento:- Solicito que seja feita uma verificação de quórum para continuidade da sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- V.Ex^a será atendido, nobre deputado.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Questão de ordem do deputado Leur Lomanto Junior.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Solicito que sejam marcados 15 minutos, e depois falarei.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Deputado Leur Lomanto Junior, há um pedido de verificação de quórum do deputado Elmar Nascimento e não posso recusar-me a atendê-lo.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Retiro a minha questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Alan Sanches:- Os 15 minutos regimentais que foram solicitados pelo deputado Leur Lomanto Junior...

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Não. Retiro minha questão de ordem.

O Sr. Alan Sanches: Mas eu solicito os 15 minutos, pois deputada Ângela gostaria de fazer uma questão de ordem.

O Sr. Elmar Nascimento:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Questão de ordem do deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- Sr. Presidente, gostaria de saber se houve uma acordo de Lideranças para que o Grande Expediente de hoje seja passado para amanhã. Se houve, eu retiro, se não, está mantida.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Não é do meu conhecimento, deputado.

O Sr. Elmar Nascimento:- Então, está mantida a minha questão de ordem de verificação de quórum para continuidade da sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- V.Ex^a será atendido, nobre deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Paulo Azi:- Sr. Presidente, existe uma acordo para que aqueles parlamentares que quiserem se pronunciar no Pequeno Expediente que o façam, numa prorrogação do Pequeno Expediente, antes da entrada do Grande Expediente, porque este a Oposição vai utilizar no dia de amanhã. Então, se ainda houver algum parlamentar que queira se pronunciar no Pequeno Expediente, é possível que se faça um entendimento para que V.Ex^a possa prorrogá-lo.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Deputado Paulo Azi, três Srs. Parlamentares já se pronunciaram após o Pequeno Expediente.

O Sr. Marcelino Galo:- Sr. Presidente, o acordo feito foi que fossem dois parlamentares, e esses dois parlamentares já se pronunciaram. Inclusive, quando o deputado José de Arimatéia começou a falar, já estava na prorrogação do Pequeno Expediente. E ficou mantido que o Grande Expediente ficaria para amanhã.

O Sr. Paulo Azi:- Deputado Marcelino, na realidade, quem quer se pronunciar são os deputados da base do governo. Estou apenas dando-lhes o direito de, caso eles queiram se pronunciar, prorrogar o Pequeno Expediente, não é nenhum deputado da Oposição que quer usar a palavra.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Está mantida a questão de ordem do deputado Elmar Nascimento. V.Ex^a mantém a questão de ordem, deputado Elmar?

O Sr. Elmar Nascimento:- Sr. Presidente, se for para prorrogar o Pequeno Expediente, não há problema. Podem falar todos os deputados que quiserem e, aí, nós derrubamos depois. O que não quero é que entre no horário do Grande Expediente, porque senão vamos perder, e nós acertamos para falar amanhã.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Para que possamos prorrogar é preciso que haja acordo das Lideranças.

O Sr. Elmar Nascimento:- Os deputados que querem falar são os do governo. O Líder da Oposição concorda.

O Sr. Alan Sanches:- Sr. Presidente, já há entendimento aqui na nossa Bancada do PSD – até retiro a solicitação dos 15 minutos regimentais, porque estou

percebendo que é unânime a decisão de derrubar a sessão. Não há problema, o PSD não vai se opor, por isso, retiro o pedido de concessão dos 15 minutos regimentais.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Então, não posso recusar-me a aceitar a questão de ordem do deputado Elmar Nascimento. Está deferida a questão de ordem de V.Ex^a.

Como no momento só estão no Plenário 13 Srs. Deputados, não havendo número suficiente para continuidade da sessão, declaro-a encerrada.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*